

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM
ESCOLAS REGULARES**

**IBIÁ - MG
2011**

ONEILE MARIA DE ANDRADE OLIVEIRA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM
ESCOLAS REGULARES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Professora Patrícia Chaves de Carvalho.

IBIÁ - MG

2011

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM ESCOLAS REGULARES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof^a. Patrícia Chaves de Carvalho (orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

“A Deus, pelas inúmeras vitórias que me proporciona, pelo cuidado incondicional que tem por mim.

A minha família que suportou todas as minhas angústias sempre me fortalecendo com palavras de estímulo, confiança e incentivo.

Às minhas colegas de curso, pela luta e coragem que tivemos juntas.

À minha orientadora Patrícia pelo carinho e paciência. Obrigada.”

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar a inclusão de crianças com necessidades especiais em escolas regulares, baseando-se no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dom José Gaspar, focando a falta de acessibilidade nos prédios públicos escolares e a falta de capacitação dos profissionais da educação para o trabalho com os mesmos.

De acordo com o artigo 208, inciso III da Constituição Federal de 1988: “*O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino*”. Mas para tal, falta-nos reestruturação física visando a acessibilidade e, principalmente, uma preparação do corpo docente para que nossos profissionais possam realizar este trabalho de forma comprometida e eficiente.

Conclui-se portanto, de acordo com a realidade que vivenciamos, que a reestruturação física dos espaços escolares, apesar de quase inexistente, tem-se tornado uma preocupação nacional e, com isso, vem acontecendo de forma muito lenta mas gradativa. Porém, a capacitação dos profissionais da educação ainda não teve início nas escolas públicas. O trabalho é realizado apenas com a “boa vontade” do professor. Tendo em vista esta falta de mão de obra qualificada, nossas escolas tornam-se impossibilitadas de executar um trabalho sério e eficaz com crianças especiais. Aos nossos olhos, um professor que teve um treinamento, uma aprendizagem para se adequar à educação inclusiva é hoje jóia rara em nosso meio e deve ser valorizado. Logo, todos os educadores devem ser preparados e treinados para desempenhar sua função na educação especial, para que só então esta tenha seu direito garantido e a educação, seu papel cumprido.

Palavras chaves: inclusão, necessidades especiais, acessibilidade, capacitação, professor.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	07
	1.1 Apresentação e Contextualização do Objeto de Pesquisa.....	07
	1.2 Justificativa e Objetivos.....	07
2	DESENVOLVIMENTO.....	07
	2.1. A Formação Do Professor Para A Inclusão.....	07
	2.2 Preparação do professor para alunos com necessidades especiais	09
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
4	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	16
5	ANEXO	18

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dom José Gaspar

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação e Contextualização do Objeto de Pesquisa

Este estudo tem seu objetivo firmado na análise da inclusão de crianças com necessidades especiais em escolas regulares, baseando-se no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dom José Gaspar. A necessidade e justificativa para a abordagem deste tema nasceu frente a observância no PPP acima citado, onde se destacou o despreparo dos professores em lidar com as crianças com necessidades especiais.

1.2 Justificativa e Objetivos

A inclusão educacional de crianças com necessidades especiais é um tema que tem chamado a atenção de estudiosos e autoridades uma vez que estas devem ser inseridas de forma normal no cotidiano da escola, devendo apenas os professores e educadores terem um preparo para lidar com as mesmas de forma que a inclusão se dê de maneira eficiente, com qualidade e o mais natural possível à todas crianças, sendo elas de inclusão ou não. Assim este estudo tem sua problemática firmada em responder a seguinte questão: como a inclusão de crianças com necessidades especiais pode ser qualificada como positiva e eficaz?

A hipótese para esta questão acima apresentada é que esta inclusão pode se dar de forma qualificada e eficaz se os educadores e agentes envolvidos no processo educacional forem devidamente treinados e preparados para agir e estimular esta inclusão de maneira competente e completa.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A INCLUSÃO

Pensar em formação docente tendo em vista a formação do sujeito professor, no século XXI, é um desafio a ser superado. Isso porque, segundo Imbernón (2002):

O século XXI representa um acontecimento mítico para todos os que nasceram na segunda metade do século anterior, e por isso parece necessário que toda instituição educativa (desde a que se encarrega das etapas iniciais até a Universidade, bem como toda instituição responsável pela formação inicial e permanente, como instituições “que têm a função de educar”) e a profissão docente (entendida como algo mais que a soma dos professores que se dedicam a essa tarefa nessas instituições) devem mudar radicalmente, tornando-se algo realmente diferente, apropriado às enormes mudanças que sacudiram o último quartel do século XX. Em suma, a profissão docente deve abandonar a concepção predominante no século XIX de mera transmissão do conhecimento acadêmico, de onde de fato provém, e que se tornou inteiramente obsoleta para a educação dos futuros cidadãos em uma sociedade democrática: plural, participativa, solidária, integradora (IMBERNÓN, 2002, p. 07).

Ainda segundo esse autor, é possível afirmarmos que é lúcido que a instituição educativa evoluiu ao longo do século XX, mas o fez sem quebrar as linhas diretrizes que lhe foram conferidas em sua origem: transmissora de conhecimentos, centralista, individualista, selecionadora. A fim de educar verdadeiramente na vida e para a vida no século XXI, e para superar diferenças sociais, a instituição educativa deve suplantiar decididamente os enfoques funcionalistas, e burocratizantes, aproximando-se de seu caráter mais cultural-contextual e comunitário, em cujo domínio adquire importância a relação que se estabelece entre todas as pessoas que trabalham dentro e fora da instituição.

Nessa perspectiva, é possível apreendermos o dinamismo social e cultural da instituição a serviço de toda a comunidade, seguramente avaliada de modo amplo. A instituição que educa precisa deixar de ser um local exclusivo no qual se aprende apenas o básico e se reproduz o conhecimento dominante, para admitir que necessita ser também uma manifestação de vida em toda sua complexidade, em toda sua extensa rede de relações e dispositivos com uma comunidade, para revelar uma forma institucional de conhecer e, assim sendo, de ensinar o mundo e todas as suas manifestações (PERRENOUD e THURDER, 2002).

Destarte, é urgente ensinar coisas tais como: a complexidade de ser cidadão e as diferentes veemências em que se materializa (democrática, social, solidária, igualitária, intercultural e ambiental) (PERRENOUD e THURDER, 2002).

A escola necessita que outras instâncias sociais se comprometam a ajudar no processo de educar, e, isso faz com que a educação cada vez mais se torne complexa, indo além desse mero ensino, de uma minoria homogênea em um momento no qual o conhecimento e sua gestão estavam em poder de uma minoria,

que monopolizava o saber. Por conseguinte, se a educação dos seres humanos gradativamente se tornou mais complexa, o mesmo deve ocorrer com a profissão docente. Tal complexidade é desenvolvida por meio da mudança radical e vertiginosa das estruturas sociais, científicas e educativas, que são as que dão apoio e significado ao modo institucional do sistema educativo.

Assim, a escola e a profissão docente desenvolvem-se em um contexto marcado por, um incremento acelerado e uma mudança vertiginosa nas formas adotadas pela comunidade social, no conhecimento científico e nos produtos do pensamento, a cultura e a arte. Uma evolução acelerada da sociedade em suas estruturas materiais, institucionais e formas de organização da convivência, modelos de família, de produção e de distribuição, que têm reflexos na mudança inevitável das atuais formas de pensar, sentir e agir das novas gerações (IMBERNÓN, 2002).

Contextos sociais que condicionarão a educação e refletirão uma série de forças em conflito. As enormes mudanças dos meios de comunicação e da tecnologia foram acompanhadas por profundas transformações na vida institucional de muitas organizações e abalaram a transmissão do conhecimento e, portanto, também suas instituições. O mito da sociedade da informação deixa muitas pessoas totalmente desinformadas, ao passo que outras acumulam o capital informativo em seu próprio benefício e no de alguns poucos. Uma análise da educação que já não a considera patrimônio exclusivo dos docentes e sim de toda a comunidade e dos meios de que esta dispõe, estabelecendo novos modelos relacionais e participativos na prática da educação (IMBERNÓN, 2002).

Mediante esses apontamentos, é inquestionável que estamos frente a frente com um novo modo de ver a instituição educativa, as novas funções do professor, uma nova cultura profissional e uma transformação nos posicionamentos de todos os que trabalham no campo da educação e, principalmente, uma maior participação social do docente.

2.2 PREPARAÇÃO DO PROFESSOR PARA ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Nas escolas regulares, para trabalhar com os alunos com necessidades educativas especiais, em seu ensino comum, os professores necessitam de formação adequada:

A educação inclusiva envolve um processo de preparação do professor que considera as diferenças e as dificuldades dos alunos na aprendizagem escolar como fontes de conhecimento sobre como ensinar e como aperfeiçoar as condições de trabalho nas salas de aula (BRASIL, 1995, p.17).

A capacitação efetiva de docentes para atuar nessa perspectiva inclusiva, que vise o desenvolvimento do sujeito autônomo, tem como finalidade levar esses profissionais a uma constante reflexão sobre sua prática pedagógica, onde a avaliação e re-avaliação, bem como os questionamentos, são permanentes, a fim de que possam rever esta prática e compartilhar experiências e novas idéias com seus colegas, pondo fim na prática individualista da formação e do exercício profissional (SASSAKI, 1999).

Compartilhar experiências é fundamental para a formação continuada em educação, pois os conhecimentos teóricos somente não bastam, é necessário a participação nas mudanças sociais, como agente de formação e não apenas transmissor de conhecimentos, cabendo-lhe aprimorar-se pessoal e profissionalmente. A formação do professor deve ser continuada, diferenciada e vista como uma ação que vise ampliar as competências, a fim de desenvolver as potencialidades do profissional em todas as dimensões (SASSAKI, 1999).

Segundo Sasaki (1999, p. 52):

Os educadores devem estar dispostos às mudanças e estar constantemente revisando seus conceitos, ideologias e valores, para atuar como elemento facilitador no processo de conscientização da construção de sua cidadania. Esse processo de construção deve partir da sua prática e dos conhecimentos prévios que esta prática possibilita. Os professores devem ser colocados em um contexto de aprendizagem e aprender a fazer fazendo: errando, acertando, tendo problemas a resolver, discutindo, construindo hipóteses, observando, revendo, argumentando, tomando decisões, pesquisando.

Nessa perspectiva de transformação e atualização, não basta só o professor buscar alterar suas práticas, mas a escola, o contexto onde este professor está inserido deve sofrer alterações. É evidente que reconhecemos que os professores não podem mudar sem uma transformação nas instituições em que trabalham, nem as escolas podem fazer mudanças sem o empenho, especial, dos professores. Deve

haver uma articulação entre a escola, seus projetos e seus professores, pois um depende do outro. O investimento que a escola faz em seu professor, converte-se para o futuro da própria instituição. Dessa forma, na escola o professor tornar-se-á educador/educando, nesse espaço que deve ser criativo e de aprendizagem. O desafio do professor na escola é concebê-la como um ambiente educativo, onde trabalhar e formar não são atividades que possam ser separadas.

Como o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais causam mudanças e, por vezes, desconforto na sala de aula, pois a formação dos professores da rede regular de ensino não é adequada para esse fato, é necessário um período de adaptação, para que haja num futuro breve uma devida busca por novos conhecimentos que possibilitem a esse professor um trabalho adequado às novas exigências. O grande desafio do profissional que atua na educação inclusiva é justamente articular o que ele tem que ensinar com o que a criança já construiu, e com a maneira do estudante aprender (FERREIRA, 1993).

Para Anache (2003) falta à maioria dos professores uma formação adequada para lidar com alunos surdos e com as especificidades que a prática deste ensino requer. As trocas dialógicas existentes entre os professores ouvintes e seus alunos surdos são precárias. Os docentes, na maioria das vezes, apropriam - se de códigos que se assemelham à mímica. Há necessidade de um maior aprofundamento teórico, considerando que estas práticas são executadas intuitivamente. De maneira geral, a educação inclusiva parece ser entendida como uma atribuição de exclusividade do professor que tem assumido para si a responsabilidade para a execução desta prática.

Vários autores, dentre os quais destacamos Perrenoud (2000, p.166-167), nos coloca como condição para transformação escolar a “profissionalização do profissional” da educação e para tal argumenta que três condições devem se fazer presentes: a criatividade, a responsabilização e o investimento. Estes três dispositivos se constituem em aspectos fundamentais na construção de profissionais que assumam a tarefa de “desenvolver caminhos”, contando com mais “poder em seu ofício individual e coletivamente”, mais autonomia e mais investimento na construção de práticas alternativas, com base na cooperação e inovação rompendo com o individualismo e a rotina.

As profundas modificações ocorridas no mundo contemporâneo têm acarretado mudanças nas demandas sociais para o sistema de ensino. A causa

destas alterações está no avanço da ciência e da revolução tecnológica, promovendo impacto na informatização, na globalização da economia, nos novos modelos de organização do trabalho e nas formas emergentes de organização social, preocupadas com a melhoria da qualidade de vida.

Nesse processo, as relações sociais e internacionais vêm se reconstruindo, alterando tudo, e essas alterações são muito rápidas sendo que cotidianamente estamos sendo colocados frente à múltiplos desafios aflorados na desestabilização do mundo, e as nossas compreensões teóricas são recolocadas em discussões que nos impulsionam na busca de novos paradigmas para o enfrentamento do desafio que a nossa frente.

Diante disso, a sociedade reclama por uma escola onde a aquisição do conhecimento continuado assuma um papel de destaque, exigindo um cidadão crítico, criativo, reflexivo e com capacidade de pensar, de aprender a aprender, de trabalhar em grupo e de se conhecer como indivíduo, integrado ao seu contexto social. Para isso o trabalho docente precisa sofrer mutações, não podendo permanecer sempre na forma em que se apresenta, tanto no aspecto estrutural/organizacional quanto na maneira de conceber/lidar com o conhecimento.

Dessa forma, falar em professor reflexivo e aluno reflexivo vai além da esfera prática e teórica restrita ao campo escolar, se estendendo àquilo que Jacques abordou em seu trabalho “Educação: um tesouro a descobrir” Delors (1996), enfocando os quatro pilares da educação, consubstanciando uma teoria que se tornou a base dos trabalhos da UNESCO para o Século XX. Nessa teoria o ensino é distribuído em quatro pilares – o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser.

[...] aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes Mas, em regra geral, o ensino formal orienta-se, essencialmente, se não exclusivamente, para o aprender a conhecer e, em menor escala, para o aprender a fazer. As duas outras aprendizagens dependem, a maior parte das vezes, de circunstâncias aleatórias quando não são tidas, de algum modo, como prolongamento natural das duas primeiras (DELORS, 1996, p. 90).

Mas, para que tais pilares sejam realmente “pilares”, várias ações precisam ser postas em exercício no campo do trabalho docente, a fim de facilitar processo de ensino/aprendizagem. Contudo, é importante termos em mente que, a despeito de

boas intenções e de vasta produção teórica, as esse trabalho docente muitas vezes claudicam em concepções limitadas e, em certos casos, equivocadas, modismos mal assimilados e métodos inadequados.

Isso porque, ainda podemos nos deparar com processos formais de ensino que nem sempre valorizam prática social dos indivíduos, a qual, a partir de múltiplas experiências, se incorpora às suas formas de interação, de aprendizagem e de construção de significados. Trata-se, portanto, de reconhecer que a autonomia do pensamento e da reflexão individual, o respeito à subjetividade e a consideração da história coletiva de cada aluno são fundamentais ao trabalho docente (de qualquer disciplina) e à construção de significados reais para a aprendizagem.

Nesse sentido, uma maior inter-relação entre a abordagem no campo pedagógico com as mais variadas disciplinas científicas (ex: biologia, matemática, química, entre outras) é importante, à medida que, podem dar ênfase nas relações sociais, nos mecanismos das interações entre aluno e professor, nas ações do processo ensino-aprendizagem e nas implicações sociais desse processo, que representa muito mais do que uma relação formal e superficial em que o aluno deve memorizar conhecimentos e adquirir habilidades, desenvolvendo alunos reflexivos.

Além disso, tomando o processo de ensino/aprendizagem como algo vivo, o docente está profundamente comprometido com a apreciação do aluno como um indivíduo único, cuja personalidade é construída através da vivência social e cultural, mas, sobretudo, a partir das internalizações que faz acerca da prática social, das demandas ambientais e de suas próprias necessidades (ALARCÃO, 2007).

Mas, no que consiste esse processo de reflexão dentro do trabalho do professor?

Para Mendes (2005), o processo de reflexão ininterrupta e constante do professor é um modo de avaliar seu próprio trabalho realizado em sala de aula, com o objetivo de apreender as implicações do trabalho pedagógico na sua formação, como também, entender a acuidade dessa prática na vida dos alunos. Dessa forma, a reflexão durante o fazer docente e sobre o fazer docente, pode contribuir para o redirecionamento do trabalho pedagógico procurando o aperfeiçoamento da ação docente. Assim, a “ação–reflexão–ação” possibilita entender, dentre outros aspectos, se o trabalho realizado dentro e fora da sala de aula está correspondendo às perspectivas dos alunos, seus interesses e os desígnios da disciplina, de modo geral a formação do futuro professor.

Tal processo reflexivo sistemático, permanente e contínuo, beneficia a rearticulação das atividades desenvolvidas na sala de aula e fora dela, para buscar o aprimoramento das ações docentes e discentes, durante o processo ensino/aprendizagem, influenciando diametralmente na satisfação para com os resultados no que tange aos elementos teórico e práticos da formação do professor, como também, no exercício profissional do futuro docente. Com isso, torna-se fundamental que “o professor, que trabalha com a formação de professores se preocupe a priori com a reflexão sobre a competência técnica e o compromisso político-ético-social como norteadores e orientadores da prática pedagógica” (MENDES, 2005, p.38). Para tanto, uma formação continuada é capital para a consubstanciação de fato de um professor e alunos reflexivos.

Tempos atrás se acreditavam que, somente com um diploma de um curso superior em mãos, qualquer profissional estaria apto ao longo de sua vida produtiva na profissão escolhida. Isso, em todas as áreas do conhecimento dentro da universidade.

Na atualidade percebemos que somente a formação inicial já não satisfaz o campo em que se desenvolve o processo de ensino/aprendizagem. Ou seja:

[...] a formação de um professor é um processo a longo prazo, que não se finaliza com a obtenção do título de licenciado (nem mesmo quando a formação inicial tiver sido de melhor qualidade). Isso porque, entre outras razões a formação docente é um processo complexo para o qual são necessários muitos conhecimentos e habilidades, impossíveis de ser todo adquirido num curto espaço de tempo que dura a Formação Inicial (CARRASCOSA, 1996, p. 10-11).

Nessa concepção contemporânea podemos observar que a Formação Inicial de fato já não é mais satisfatória para garantir um trabalho de qualidade. Segundo Hargreaves (2002), na atualidade a formação inicial é somente a primeira fase para a formação docente contínua. Isso porque, a educação consiste em um conceito muito amplo de ensino. Faz parte de um processo continuado de aprendizagem que não se termina ao final, mesmo de uma pós-graduação, ou seja, é um processo para a vida.

Contudo, mesmo perante tal realidade, Demo (2000) afirma que grande parte dos professores não tem a tradição de estudar constantemente, pois acreditam que já estão prontos e acabados, permanecendo a idéia de que já estudaram o que tinham de estudar, como se o seu trabalho se sintetizasse meramente a ensinar, e

ao educando apenas aprender. Ficando então sem preparo para facetas da educação, como é o caso da educação inclusiva.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que existe uma inter-relação de elementos sociais no processo de construção do saber que reforçam a perspectiva de que há uma relação interativa entre as concepções e as práticas docentes, ou seja, cremos que estas concepções formam um elemento mediador da nossa relação com a realidade, funcionando como filtro na organização das ações docentes.

Considerando que, a responsabilidade do investigador ante a sociedade é indispensável. No cerne da atividade de pesquisa residem os motivos que a estimulam e abarcam tanto aspectos profissionais como pessoais direcionados a um mesmo fim. Desse modo, em nossas atividades de pesquisa procuramos estabelecer uma comunicação entre objeto e sujeito, entre fatos e valores.

Contudo, para que esse estudo fosse possível, foi necessário, por um lado, um pensamento apto a refletir sobre os fatos e organizá-los para efetivar o conhecimento num processo racional, por outro, um pensamento capaz de imaginar a estirpe dos valores no campo cultural e social. Tudo isso, tendo em mente que, pesquisar sobre a inclusão de crianças com necessidades especiais em escola regular, focando a formação dos professores para tal.

Assim, ao identificar tais aspectos, entende-se que é preciso se debruçar sobre eles, para que a escola conheça e reflita sobre os diferentes aspectos que permeiam o decorrer de suas atividades na tentativa de oferecer uma educação que venha atender, de fato, às necessidades do indivíduo e da sociedade e, principalmente superar o processo de fracasso escolar que exclui sobretudo as crianças desfavorecidas socialmente.

Ao buscar compreender o processo da inclusão que ocorre no ensino regular e identificar os possíveis fatores que a legitima seja na ótica dos adultos seja na das crianças, o presente estudo, revelou que tanto a Escola quanto a Família, se perdem na dimensão e na complexidade das relações sociais externas e internas que interferem no processo sócio-educativo da criança.

Para terminar, falta citar que a batalha para vencer o preconceito principia com uma educação de qualidade, com professores capacitados, valorizados e estimulados a desempenharem sua missão. Missão está que é a mais bela de todas à de educar, e não somente de ensinar, dando total atenção àqueles alunos que demonstram ser os mais descomedidos e que apresentam dificuldades na hora de aprender. O gestor da escola deve ter também uma ação, preparação para a educação inclusiva, na verdade atualmente todos em uma escola, que receber alunos especiais, deve ter uma preparação para tal, do gestor ao porteiro.

Uma criança ou adolescente com necessidades especiais, deve ser tratado de forma igualitária para não haver discriminação, mas deve ainda ter uma atendimento especial frente a duas limitações, e neste cenário todos os profissionais da educação devem estar preparados.

O professor deve desempenhar a sua autoridade, estabelecendo limites e exalando responsabilidades, sem deixar de respeitá-las; designando recomendações escolares verdadeiramente participativos, representativos e influentes tanto para alunos regulares quanto para alunos especiais, sendo que o gestor deve respeitar a preparação de um professor para lidar com a educação inclusiva.

Um professor não pode ser “jogado de um lado para o outro” sem respeito a sua profissão e a sua já preparação para a educação especial. Um professor que teve um treinamento, uma aprendizagem para se adequar a educação inclusiva é hoje jóia rara, deve ser valorizado e aproveitado para que só então a escola entenda que no processo da educação inclusiva, todos têm um papel a desempenhar, e estando todos os papeis desempenhados a educação inclusiva poderá ter seu lugar devido.

4. BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. São Paulo: Cortez, 2007.

ANACHE, A. A. Educação e deficiência: estudo sobre a educação da pessoa com “deficiência” visual. Campo Grande: CECITEC/UFMS, 1994.

- ARROYO, Miguel G. Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CANDAU, V. M. Formação continuada de professores: tendências atuais in Magistério: Construção Cotidiana. Petrópolis, RJ: Vozes, 51-68 p. 1999.
- CARRASCOSA, J. Análise da Formação Continuada e permanente dos professores de Ciências. IN: MENEZES, L. C. (org.). Formação Continuada de professores de ciências no contexto Ibero-americano. Campinas/SP: Autores Associados, 1996.
- COSTA, C.; GOMES, M D. A vida na Escola da Vida (32º ed.). Petrópolis: Vozes, 1999.
- DEMO, P. Conhecimento e Aprender: sabedoria dos limites e desafios. Porto Alegre: ARTMED, 2000.
- FERNANDEZ, Alicia. Psicopedagogia em psicodrama: morando no brincar. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FERREIRA, I. N ET al. Caminhos do aprender: Uma alternativa Educacional Para Criança Portadora de Deficiência Mental. Brasília: CORDE, 1993.
- HARGREAVES, A. Aprendendo a mudar: o ensino para além dos conteúdos e da padronização. Porto Alegre: artmed, 2000.
- IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional. São Paulo: Cortez, 2002.
- LEITE, S. A pedagogia da reprovação. In: MENDONÇA, R., URANI, A. (orgs.). Estudos sociais e do trabalho. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- LUDKE, Menga. O professor, seu saber e sua pesquisa. In. Educ. Soc., Apr. 2001, vol.22, no.74, p.77-96. ISSN 0101-7330.
- MENDES, Bárbara Maria Macêdo. Formação de professores reflexivos: limites, Possibilidades e desafios. In. Linguagens, Educação e Sociedade - Teresina, n. 13. jul./dez. 2005
- MERCADO, L.P.L. Formação Continuada de Professores e Novas Tecnologias. Maceió: EDUFAL, 1999. 176p.
- MOREIRA, H. A. A formação continuada do professor: as limitações dos modelos atuais. Comunicações, Piracicaba, v.1, p.123-133, 2003.
- MOSCOVICI, S. On social representations. In J. P. Forgas (Org.), Social cognitions perspectives on everyday understanding (pp. 181-209). New York: Academic Press, 1981.
- NÓVOA, Antonio. *Profissão professor*. Porto: Porto Editora, 1991.
- PERRENOUD. P ; THURDER, Monica Gather. As competências para ensinar no século XXI. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PERRENOUD. P. Formação contínua e obrigatoriedade de competências na profissão de professor. Idéias: São Paulo, N. 30, pp. 205-248, 1998.

RANGEL, C. As causas da fracasso; Anais do I Encontro Setorial dos cursos de Graduação da UNESP, 1999.

RODRIGUES, J. R. S. Formação continuada em serviço: ressignificando a prática docente. In: Seminário Nacional de Pedagogia Universitária; org. Maria Emília Amaral Engers. Anais. Porto Alegre: PUCRS, 2006. 1 CD-ROM. 05-248, 1998.

SASSAKI, R. K. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SOUZA, Anna Maria Nunes. A Família e seu Espaço. RJ, Ed. Agir, 2006.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

WERNECK, C. Ninguém é vai ser bonzinho na Sociedade Inclusiva – Rio de Janeiro: WVA Ed, 1997.

5. ANEXO

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dom José Gaspar



escola de gestores
da educação básica

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL
TURMA: PÓLO FRUTAL – 11

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
DOM JOSÉ GASPAR

Oneile Maria de Andrade Oliveira
Irélia Rosa de Souza Santos
Kênia Victorino de Sousa Carvalho

IBIÁ, 2010



escola de gestores
da educação básica

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL
TURMA: PÓLO FRUTAL – 11

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
DOM JOSÉ GASPAR

**Trabalho apresentado à disciplina Projeto
Vivencial do Curso Formação de Gestores da
Universidade Federal de Minas Gerais.
Orientação: Grazielle Mariano Batista Maia.**

IBIÁ, 2010

Sumário

01 - Introdução.....	04
02 - Finalidades da escola.....	05
03 - Estrutura organizacional.....	07
04 - Currículo.....	12
05 - Tempo escolar.....	13
06 - Processo de decisão.....	18
07 - Relações de trabalho.....	19
08 - Avaliação.....	19
09 - Conclusão Geral.....	21
10 - Bibliografia.....	21

01 – Introdução

A Escola Municipal “Dom José Gaspar” localizada no centro da cidade de Ibiá – MG, à rua Quarenta, nº16, acumula 78 anos de amor à educação. Foi criada em 22 de março de 1932, de acordo com o Decreto nº 10.264, tendo sido autorizada no dia 01 de julho de 1932.

Sua primeira instalação se deu em 21 de maio de 1931, com a denominação de Escolas Reunidas da Vila de Ibiá. Após decreto de criação e reconhecimento pelo Governo do Estado de Minas Gerais, passou a denominar-se Grupo Escolar de Ibiá.

Outra denominação aconteceu em 07 de agosto de 1946, como Grupo Escolar “Dom José Gaspar”, de acordo com o Decreto nº 2.273 da mesma data. Passou a denominar-se Escola Estadual “Dom José Gaspar” de 1º Grau, tipo 1.2, em 09 de maio de 1974.

Esta escola foi criada pelo Governo do Estado, quando era governador o Exmo. Sr. Dr. Olegário Maciel. Tomou posse como diretor interino, aos 21 de maio de 1931, o professor Eduardo Afonso de Castro. Aos treze de junho de 1932, tomou posse a 1ª diretora do estabelecimento, designada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, a professora Maria Costa Noronha, sendo que, a partir daí, outras diretoras sucederam-na. Finalmente, a escola passou a denominar-se Escola Municipal “Dom José Gaspar” de 1º Grau, através da Resolução 8477/98, Minas Gerais de 31 de Janeiro de 1998, que instituiu a municipalização no Estado de Minas Gerais.

A Escola Municipal “Dom José Gaspar” compromete-se com a Educação Infantil de 04 e 05 anos de idade, e Ensino Fundamental de 09 anos. Propõe metas conscientes de avanço e crescimento de sua prática pedagógica sendo que a ordem é qualificar os serviços de atendimento ao aluno, com vistas a uma educação transformadora da sociedade, como precursora de um jeito novo de caminhar, onde o aluno tenha possibilidade de ampliar seus conhecimentos de mundo, implantando uma pedagogia de projetos que atenda a diversas áreas do conhecimento calcada em valores éticos, cidadania, motivação, participação e compromisso.

Hoje, a Escola Municipal Dom José Gaspar, sob a direção de Oneile Maria de Andrade Oliveira, conta com 30 funcionários sendo: 16 professores regentes, 01 professor de educação física, 01 coordenadora pedagógica, 01 bibliotecária, 01

secretária, 08 serventes escolares e 01 funcionário para serviços gerais. Realizamos um atendimento à 230 alunos distribuídos em dois turnos.

Tendo como foco principal do nosso trabalho o ensino e a aprendizagem, visamos uma ação democrática e participativa que percebe em todos os membros da comunidade escolar agentes transformadores diretos da realidade educacional de nossos alunos. Elaboramos este documento coletivamente em reunião extra-turno, lavrada em ata, onde todos os membros da comunidade escolar: diretora, professores, funcionários e pais de alunos, foram convidados e convocados a participar dando suas opiniões e sugestões para o aprimoramento do mesmo que, norteará nossos caminhos apontando a realidade de nossa escola e traçando metas para que o êxito se faça continuamente presente em nosso meio. Como nos diz LIBÂNEO: “ *O projeto pedagógico é um documento que reflete as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da equipe escolar tendo em vista um processo de escolarização que atenda a todos os alunos.*”

02 – Finalidades da Escola

“O novo nasce do velho, novas experiências e constatações. Mas o novo não nasce sem rupturas, sem ousadia e tentativa.”(Zaidan)

A Escola Municipal “Dom José Gaspar”, consciente de seu papel na sociedade, busca promover uma educação transformadora e de qualidade, articulada com o mundo moderno e seu tempo, com vistas a transformar o indivíduo, nosso aluno, em um cidadão responsável e consciente de seus direitos e de seus deveres, devendo desenvolver habilidades cognitivas, afetivas, humanas e psicossociais que irão facilitar as suas vivências e experiências como agente de sua própria história de vida.

A educação de qualidade deve rever sempre seus conceitos, construir, instruir, instrumentalizar o sujeito, pois este é um processo contínuo permanente. Cabe portanto à escola, como instituição social democrática, possibilitar ao aluno a ampliação de sua capacidade reflexiva e questionadora no sentido do

desenvolvimento da consciência crítica, afim de que ele possa não só interagir com o outro, mas com o meio e também possa fazer as inferências necessárias, pautadas na ética e no respeito humano.

Ao professor, que é o mediador dessa educação transformadora, cabe a orientação permanente e o desenvolvimento da criatividade do aluno e das habilidades básicas necessárias à construção de sua personalidade, bem como o apoio familiar que deve pautar todo o processo por ser de valor inestimável no amplo desenvolvimento da criança.

Em vários aspectos a educação precisa romper barreiras como tem sido feito principalmente na educação inclusiva e na escola, lugar em que muitas crianças encontram a oportunidade de aprender que, todos merecem ser tratados com dignidade, porém respeitando a sua singularidade. A concepção da educação inclusiva foi implantada com respeito ao aluno, diagnosticando e se adequando às suas necessidades. Conhecendo melhor o aluno e aprendendo como ajudá-lo a expandir seus limites, mantendo flexibilidade e criatividade com todos os recursos disponíveis a serem usados, de forma que prepare os profissionais e os demais alunos para serem receptivos, úteis, carinhosos, mas que nunca os inutilizem ou tenham pena dos mesmos.

Atendemos a uma clientela em que se reflete a sociedade contemporânea, níveis socioeconômico-culturais, mas com uma visão em sua maioria elitista. São crianças que recebem na família uma educação mesclada entre o status social implantado por estudar numa escola que, de longa data tem um histórico de referência em educação no município não só pelo fato de localizar na região central da cidade como também e principalmente por ser a escola mais antiga que foi pioneira e somente de alguns anos para cá tem a “concorrência saudável” de escolas da rede particular e das demais públicas e a qualidade dos serviços oferecidos por uma escola pública, mas que atende indiscriminadamente a todos os alunos com o propósito claro e firme de calcar suas ações na ética, nos valores humanos e na educação para a cidadania.

Promover uma prática pedagógica voltada para os processos de construção do conhecimento. Em caráter multidisciplinar respeitando as diversas fases do desenvolvimento da criança. Desenvolver suas competências cognitivas, afetivas, motoras, atitudinais e orais no Ensino Fundamental de 09 anos a formação básica nas capacidades de aprender com pleno domínio da leitura, da escrita, do cálculo,

do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e da cultura, logo adquirindo autonomia para sua vida escolar posterior.

Acreditando-se que a família e a escola precisam caminhar juntas para uma educação de qualidade, a escola realiza promoções, palestras, reuniões e projetos, neste caso utilizando-se da metodologia dos temas transversais, de forma contextualizada, envolvendo a família e a comunidade a fim de unir-se em prol do desenvolvimento da criança.

A instituição valoriza o trabalho cooperativo expresso pelo colegiado, conselho de classe entre outros para aprimorar a prática educativa, criando também momentos para reflexões sobre o desenvolvimento do aluno de forma democrática e participativa.

03 - Estrutura Organizacional

Articulação e integração dos profissionais da escola.

- Reuniões pedagógicas e/ou administrativas sistemáticas;
- Encontros periódicos, orientados por equipes qualificadas de professores e especialistas;
- Maior acesso à biblioteca, no sentido de ampliar o universo de pesquisa e leitura;
- Priorização do trabalho interdisciplinar e contextualizado – uso da pedagogia de projetos.

A equipe pedagógica da Escola Municipal “Dom José Gaspar” conta com 01 especialista ou seja, 01 coordenadora pedagógica no horário de funcionamento.

Instrumento de comunicação da frequência e desempenho dos alunos aos responsáveis.

A comunicação da frequência e desempenho dos alunos ocorrerá sempre que houver necessidade.

Ao final de cada bimestre é realizado o Conselho de Classe composto pelo corpo docente e técnico-pedagógico, coordenado pela diretora e pela especialista em educação.

Este instrumento é utilizado para facilitar a comunicação da realidade dos alunos na reunião de pais e mestres.

Conselho de Classe.

Seção VIII – Do conselho de classe

Art. 26 – O conselho de classe tem por objetivo a avaliação coletiva do processo de aprendizagem do aluno.

Art. 27 – O conselho de classe é composto pelo corpo docente e técnico-pedagógico, devendo ser coordenado pelo diretor ou por um profissional por ele indicado.

Art. 28 – Compete ao conselho de classe:

- Subsidiar a construção do Projeto Político Pedagógico, servindo de fórum de discussão no ano de escolaridade para definição de:

1. Metodologias e estratégias de ensino;
2. Critérios de seleção de conteúdos curriculares;
3. Projetos coletivos de ensino e atividades;
4. Formas de acompanhamento dos alunos em seu percurso nas séries;
5. Critérios para apreciação do desempenho dos alunos ao longo e ao final da série;
6. Elaboração de fichas de registro do empenho do aluno para o acompanhamento no decorrer das séries e para informação aos pais;
7. Formas de relacionamento com a família;
8. Propostas curriculares diversificadas em função dos interesses e necessidades do aluno;
9. Propostas de organização dos estudos complementares e suplementares.

Regime de funcionamento.

O ano letivo será de 200 dias letivos de efetivo trabalho escolar, com uma carga horária anual mínima de 900 horas.

A jornada escolar diária, de segunda à sexta feira de 4:30horas para o primeiro turno e para o terceiro turno (7:00 às 11:30horas e 12:30 às 17:00horas), sendo que, para a educação infantil será de 4:00horas.

O efetivo trabalho escolar corresponde às atividades realizadas na sala de aula e em outros ambientes educativos, desde que obrigatórios para todos os alunos. A escola manterá sistemática e contínua comunicação com as famílias, para que a frequência à escola seja objeto de acompanhamento.

Direção e colegiado.

Artigo 9 a 10 do Regimento escolar – A educação infantil e o ensino fundamental de 9 anos é dirigido por diretor legalmente habilitado nos termos da legislação de ensino para o exercício do cargo, indicado pela entidade mantenedora.

É função do diretor na escola, ser articulador político-pedagógico e administrativo do estabelecimento contando com o apoio do colegiado escolar.

Colegiado escolar.

Artigo 17 – O colegiado escolar é um órgão representativo da comunidade com funções de caráter deliberativo e consultivo, nos assuntos referentes à gestão administrativa, financeira e pedagógica.

O colegiado será composto pelo diretor da unidade de ensino que o presidirá e por até treze representantes na proporção de um por cada segmento:

- 1 – professores, especialista de educação e demais servidores da unidade de ensino;
- 2– pais ou responsáveis pelos alunos regularmente matriculados.

Cada representante terá um suplente, sendo ambos eleitos pelos membros de seu respectivo segmento em assembléia, para mandato fixo, conforme legislação vigente e estatuto próprio.

Competências do colegiado escolar.

Artigo 19 – Compete ao colegiado escolar:

- 1 – Participar da elaboração, avaliação, reformulação e do acompanhamento do PPP.

- 2- Analisar e aprovar o calendário escolar;
- 3- Opinar sobre questões relativas ao rendimento escolar, indisciplina, infrequência de alunos e outros casos;
- 4- Propor a expansão do atendimento escolar e a organização da escola;
- 5- Recomendar providências adequadas à melhor utilização do espaço físico, do material escolar e didático, da merenda e do aproveitamento racional dos servidores da escola;
- 6- Acompanhar o processo de avaliação de desempenho e analisar a mesma, emitindo parecer quando chamado a se pronunciar;
- 7- Referendar as decisões do diretor quanto à aplicação das penalidades previstas em lei;
- 8- Apreciar e emitir parecer conclusivo sobre o desligamento dos membros do colegiado, motivado pelo descumprimento das normas estabelecidas em seu estatuto;
- 9- Analisar e aprovar a proposta orçamentária de aplicação de recursos financeiros;
- 10- Analisar e aprovar a prestação de contas referente à aplicação de recursos financeiros;
- 11- Participar do programa de avaliação da escola pública.

Matrícula.

Artigo 88 – Comete a escola a divulgação amplamente o edital de matrícula, bem como os critérios estabelecidos pelo regimento escolar.

Artigo 89 – A renovação da matrícula dos alunos será efetivada ao final da fase de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 90 – A escola reserva-se o direito de oferecer limites de vagas por turno de acordo com suas peculiaridades.

Artigo 92 – A primeira matrícula do aluno na escola deverá ser efetuada com fotocópia da certidão de nascimento, declaração e ficha individual se tiver vindo de outra escola.

Artigo 93 – Não será negada a matrícula por motivo de crenças, raça, sexo, condição social, convicção política, bem como aos que necessitam de atendimento especial.

Artigo 94 – A matrícula de alunos transferidos poderá ocorrer em qualquer época do ano.

Artigo 95 – O controle de frequência dos alunos é de responsabilidade do professor.

Artigo 98 – Terá sua matrícula cancelada o aluno que sem justificativa deixar de comparecer à escola até o vigésimo quinto dia letivo após o início das aulas ou a contar da data de efetivação da matrícula se esta ocorrer durante o ano letivo.

Frequência.

Artigo 121 – A frequência tem por finalidade propiciar condições mínimas para a realização do processo ensino-aprendizagem.

Artigo 122 – Compete à escola informar aos pais ou responsáveis sobre a frequência e o desempenho dos alunos, adotando para tanto, medidas preventivas.

Artigo 123 – O aluno que apresentar desempenho satisfatório e frequência inferior a setenta e cinco por cento (75%), será submetido a um processo de reclassificação no final do período letivo.

Artigo 124 – Será dispensado tratamento específico ao aluno que se encontre em situações especiais previstas em lei.

Caixa Escolar.

A caixa escolar é uma sociedade civil com personalidade jurídica e de direito privado instituída em nossa escola. É regida por um estatuto próprio designada pelo nome da escola.

É função da caixa escolar, administrar os recursos recebidos do FNDE - PDDE, da comunidade, de entidades públicas e privadas e aqueles advindos da promoção de campanhas realizadas pela própria escola. É também sua função viabilizar a aplicação dos recursos de acordo com o Plano de Aplicação aprovado pelo colegiado escolar.

04 - Currículo

A Educação básica formada pela Educação infantil e Ensino Fundamental no ciclo inicial e complementar tem o objetivo de desenvolver integralmente o educando, nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social complementando a ação da família e da comunidade; assegurando a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e progressão em estudos posteriores. Objetivando:

- Proporcionar o desenvolvimento integral da criança de 04 a 05 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social (Educação Infantil);
- Possibilitar ao educando oportunidades ao desenvolvimento de suas habilidades e capacidades da leitura, da interpretação, da escrita e do cálculo, tendo em vista o atendimento às diferenças individuais;
- Motivar educadores e educando a desenvolver recursos ensino-aprendizagem diversificados;
- Sensibilizar a comunidade escolar para a educação em valores humanos, através da integração, cooperação, respeito e comprometimento;
- Integrar os conteúdos numa ação conjuntiva, valorizando o trabalho em grupo, buscando participação, autonomia, através da prática interdisciplinar;
- Elevar a auto-estima e a motivação. Ter uma prática pedagógica de acordo com a faixa etária para continuar aprendendo, valorizando seus resultados em relação às suas capacidades;

As crianças tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental encontram-se numa fase decisiva e, portanto, de extrema importância de seu processo de formação, pois, neste período de desenvolvimento tanto físico como intelectual ela apresenta-se bastante receptiva ao novo, havendo muito encantamento pelas descobertas e tudo isso precisa ser bem explorado pois, trata-se de um processo de aprendizagem que envolve diversas fases. É uma contínua construção de conhecimento.

Lembrando que cada criança é única com identidade própria e ritmo singular de desenvolvimento. Sua maturação é particular bem como suas características pessoais. Fazendo necessário propor situações que as incentivem conquistar paulatinamente sua autonomia e individualidade em diversos contextos.

05 - Tempo Escolar

Visando uma melhor abrangência das necessidades da escola e propondo metas para que possamos saná-las, desenvolvemos tabelas onde são propostas mudanças, designados agentes responsáveis pela mesmas e por fim um plano de ação pretendido pela escola. Lembramos que todos os membros da comunidade escolar estão diretamente envolvidos em todas as ações:

DISTRIBUIÇÃO DE TAREFAS E CRONOGRAMA – 2010 a 2012

SEQUÊNCIA	TAREFA	RESPONSÁVEL
01	Formulação de hábitos sociais disciplinares	Toda a equipe escolar
02	Trabalhar os pré-requisitos básicos ao processo ensino-aprendizagem	Docentes
03	Minimizar infrequência e evasão	Corpo técnico e docentes
04	Confeccionar materiais didático-pedagógicos	Docentes e discentes
05	Capacitar profissionais	Corpo técnico e administrativo
06	Reduzir o índice de dificuldades em determinadas disciplinas	Corpo técnico e docente
07	Incentivar a leitura com foco na capacidade interpretativa e o letramento	Corpo técnico, pedagógico e docente
08	Reforma geral do prédio e pintura – ampliação da cantina escolar e construção de uma quadra poliesportiva	Corpo administrativo (solicitação ao poder público)
09	Reforma, ampliação e cobertura do parquinho	Corpo administrativo (solicitação ao poder público)
10	Plantio e uso da horta	Toda a equipe

Plano de Ação.

PRIORIDADES	OBJETIVOS	METAS	AÇÕES
*Propiciar aquisição de experiências amplas e diversificadas na educação infantil, adequadas aos referenciais da mesma.	*Desenvolver aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais.	*Trabalhar coordenação motora, orientação temporal e espacial, equilíbrio estático e dinâmico com ênfase aos pré-requisitos básicos para habilidades básicas ao domínio da leitura e escrita futura.	*Desenvolver técnicas que atendam à sua potencialidade com atividades lúdicas.
* Adaptar o currículo de acordo com os parâmetros curriculares nacionais e com a realidade local.	*Adaptar a escola a realidade de vida de sua clientela, despertando assim, o gosto pelos estudos.	*Sondar a comunidade, saber de suas prioridades e metas.	*Trabalhar o município, cultura, aspectos sociais, econômicos e políticos.
*Trabalhar a interdisciplinaridade. *Promover e realizar feiras culturais, literárias, competições esportivas e eventos diversos.	*Integrar os diversos conteúdos.	*Trabalhar a interdisciplinaridade de forma contextualizada.	*Estudos, reuniões, reciclagens, troca de experiências.

<p>*Atendimento individual a alunos com dificuldades na aprendizagem.</p>	<p>*Desenvolver o gosto pela escola, através de atividades artísticas, culturais e recreativas.</p>	<p>*Trabalhar a cultura regional e promover o lazer e aprendizagem.</p>	<p>*Feiras culturais, festival de música e poesia, competições esportivas. *Momentos cívicos.</p>
<p>*Atendimento individual a alunos com dificuldades na aprendizagem.</p>	<p>*Motivar e desenvolver capacidades e habilidades.</p>	<p>*Promover o desenvolvimento integral do aluno.</p>	<p>*Atividades lúdicas direcionadas.</p>
<p>* Atendimento a clientela.</p>	<p>*Atender a demanda escolar e evitar a evasão.</p>	<p>*Estimular o progresso e a conscientização da necessidade da aprendizagem.</p>	<p>*Criar grupos de estudos. * Estimular e valorizar exercícios extra-classe.</p>
<p>*Elaboração e realização da avaliação diagnóstica.</p>	<p>*Nortear o planejamento e replanejamento pelo professor sobre as necessidades do trabalho e aprofundamento nos conteúdos vistos.</p>	<p>*Conscientizar os alunos e comunidade da necessidade de estudo e esforço contínuo para aprendizagem dos conteúdos.</p>	<p>*Promover aulas diversificadas, oficinas didático-pedagógicas, eventos festivos, desenvolver as artes e os esportes, acompanhar o aluno e a família.</p>

*Escola aberta aos pais e alunos para sugestões e apoio.	*Trazer os pais para dentro da escola, visando a sua participação no dia-a-dia escolar.	* Participação dos pais e alunos na vida da escola.	*Avaliar e discutir os resultados frequentemente.
*Secretaria atualizada.	* Prestar serviços e atender a toda a comunidade com eficiência.	* Atualização das secretárias.	* Reuniões de estudo para articulação de idéias e opiniões envolvendo toda a comunidade escolar. * Estudo, manutenção dos arquivos com legislação em vigor e possíveis inovações.
*Educação física e artes.	*Interagir com materiais, instrumentos e procedimentos diversificados em ambas as áreas.	*Atualização do professor. *Trabalhar a interdisciplinaridade.	*Trabalhar a psicomotricidade , relacionamento e brincadeiras.

*Meio ambiente.	*Conscientização para a importância do equilíbrio ambiental para a vida do planeta.	*Estimular a diversidade cultural e ambiental.	*Estimular a diversidade cultural e ambiental. *Desenvolver valores e atitudes de respeito ao meio ambiente e a vida.
*Elevação do índice de proficiência das avaliações externas: Proalfa, Proeb e Prova Brasil.	*Melhorar o desempenho dos alunos em língua portuguesa e matemática.	*Conhecer biografias de escritores e suas obras (poesias, histórias). Promover oficinas de criação de textos, gincanas de matemática. Trabalhar com textos variados.	*Criação do jornalzinho da escola. Selecionar trabalhos, textos e colocá-los em exposição.
*Divulgação de resultados através de gráficos e reuniões melhorando relação escola/comunidade.	*Mobilizar os pais para participarem de reuniões, encontros e outras ações que contribuem para a auto-estima e auto-disciplina dos alunos.	*Utilizar diversas estratégias de comunicação.	*Realizar eleições do colegiado. Formular conceitos e avisos de reuniões. Organizar palestras e reuniões de pais.

Projetos específicos.

- Nutrir
- Semeando
- Olimpíadas da Língua Portuguesa
- Educação para o trânsito
- Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica
- Lixo no lixo
- Dengue
- Higiene pessoal
- Educação patrimonial
- Cultura afro-brasileira
- PROERD
- PEAS
- Alfa e Beto
- Hora do conto

Espaço físico, instalações e equipamentos

A escola conta com uma área física de 1.933,43 metros quadrados, com uma área construída de 932,42 metros quadrados, o pátio para atividades de recreio e educação física com 397 metros quadrados.

A escola conta com: saguão, sala de professores, secretaria, biblioteca, sala de vídeo, 11 salas de aula, sala de supervisão, direção, galpão para merenda, cantina com dispensa, banheiros femininos e masculinos e 4 depósitos.

06 - Processo de Decisão

Todas as decisões da escola deverão estar pautadas na ética e nos interesses singulares da escola. Para isso, sempre se fará necessário e obrigatório a concordância de toda a comunidade escolar na tomada das mesmas.

A escola deverá sempre divulgar suas aquisições bem como os orçamentos e despesas oriundas das mesmas e lavrar em ata todas as decisões.

Uma gestão transparente e democrática é o que desejamos perpetuar em nossa escola.

07 - Relações de Trabalho

As relações de trabalho no ambiente escolar deverão ser pautadas na ética profissional e no respeito mútuo entre todos, onde as diferenças e singularidades dos indivíduos sejam compreendidas como formas de crescimento pessoal.

Não será tolerada qualquer forma de desrespeito aos profissionais e entre os mesmos, cabendo pena de advertência. Como educadores que somos, devemos ser exemplo de união, equipe, respeito e tolerância.

No relacionamento aluno/professor, aluno/aluno, também deverá reinar a harmonia e o afeto. Caso haja algum procedimento que contradiz com o proposto neste, a escola, juntamente ao conselho escolar, procurará a melhor forma de amenizar e solucionar o mesmo. Ressaltamos que a arbitrariedade e o autoritarismo não possuem espaço em nossa escola.

08 - Avaliação

Artigo 104 - A verificação do rendimento escolar visará especialmente acompanhar o desenvolvimento do aluno, aproveitamento e aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem:

- I) Resgatando os valores da pessoa proporcionando melhor convívio social;
- II) Dando maior eficácia à atividade-fim da escola;
- III) Melhorando a qualidade do ensino, garantindo a aprendizagem dos alunos e as expectativas de sua família.

Artigo 57 – A verificação do rendimento escolar compreenderá o dia-a-dia do aluno e a apuração da assiduidade.

Artigo 58 – A avaliação contínua do trabalho escolar do aluno será onde se observar a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

O acompanhamento e avaliação da Educação Infantil serão feitos através de fichas de observação.

A avaliação do desenvolvimento da criança é realizada de forma gradativa, com o propósito de o progresso individual e coletivo das turmas. É o momento em que o educador avalia e é avaliado, refletindo sobre a prática educativo-pedagógica, podendo reajustar novos instrumentos de trabalho, adequados ao processo de aprendizagem, respeitando e adequando às diferenças individuais dos alunos.

Através da avaliação, dar-se-á oportunidade de ajustes constantes, possibilitando a reorganização do trabalho na tarefa de ensinar e aprender.

Por isso, a avaliação do aprendizado só pode acontecer se for relacionada com as oportunidades oferecidas.

Os estudos de recuperação, de caráter obrigatório, representam uma nova oportunidade de aprendizagem para garantir ao aluno a superação de dificuldades no seu percurso escolar.

A recuperação paralela é contínua no decorrer dos quatro bimestres quando o aluno não alcançar as habilidades e competências necessárias.

A recuperação final acontecerá ao final do período letivo em época reservada para tanto, no calendário escolar.

Avaliação institucional – interna e externa

- Interna: A avaliação interna é feita no decorrer de cada bimestre, elaborada pelos respectivos professores.
- Os alunos que estudam pelo método Alfa e Beto: Educação Infantil, 1º e 2º anos, são avaliados de acordo com as especificações próprias do método.
- Externa: A avaliação externa é realizada na escola orientada pela SRE de Patrocínio, através do PROALFA para o 3º ano, Provinha Brasil para o 2ºano, PROEB e Prova Brasil para o 5º ano.

09 - Conclusão Geral

O projeto político pedagógico da escola, envolve todos os segmentos da comunidade escolar, desde os estudos preliminares até a sua construção, execução, acompanhamento e avaliação.

O projeto visa nortear o dia-a-dia da escola, traçando diretrizes e metas, promovendo ações que canalizem para o desenvolvimento pleno do aluno e atividades educacionais contextualizadas, de acordo com a evolução e com os avanços tecnológicos e científicos que o mundo moderno exige.

Este é flexível, devendo ser revisto sempre que necessário.

10 - Bibliografia

- Referenciais da Educação Infantil
- Parâmetros Curriculares Nacionais
- Ceale (ensino fundamental de nove anos)
- Regimento escolar
- Apostila – Itens constantes para a proposta pedagógica
- Apostila – Encontro técnico com as secretárias das escolas
- As instituições de Educação Infantil e a construção de propostas pedagógicas
- Gestão da Escola – Sugestões e esclarecimentos –SEE
- Escola e transformação Social. Gandin, Danilo. Editora Vozes.
- Estatuto da criança e do adolescente
- Constituição federal
- LDB 9394/96
- Guia do Diretor Escolar Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
- **LIBÂNEO**, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.